

## **NEWTON ESTILLAC LEAL: O MILITAR DE ESQUERDA E O EXÉRCITO NA FRÁGIL DEMOCRACIA BRASILEIRA DO PÓS-GUERRA<sup>1</sup>**

*"(...) Ao passar pela rua Real Grandeza, naquele feriado universal consagrado ao trabalho, operários da Light trabalhavam, trocando trilhos: um deles negro alto, reluzente de suor, pousou a picareta e disse aos companheiros, quando o cortejo passava, vagarosamente: - Aí vai o general Estillac, um amigo do povo<sup>2</sup>."*

Nelson Werneck Sodré

RONALDO QUEIROZ DE MORAIS

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo dessa breve escritura é, a partir da vivência militar e política de Newton Estillac Leal – um general de esquerda – discutir e historiar o Exército e as práticas político-militares na frágil democracia brasileira do pós-guerra, entre os anos de 1949 a 1955, período no qual o general vivenciou ativamente a política nacional. O Ministério da Guerra sob o comando do general Estillac Leal sublinha um contexto político importante para o esforço hermenêutico, visto que representou a chegada de um militar de esquerda numa posição de poder privilegiada no interior da caserna, entretanto, o imobilismo político-militar de Estillac frente às pressões da direita militar, nos possibilita ilações acerca da esquerda e das relações de poder com a intenção de compreender a instituição em seu tom conservador<sup>3</sup>.

No que concerne à reflexão teórica a fim da leitura das fontes e da representação em forma de texto do real vivenciado, partimos da premissa Foucaultiana<sup>4</sup> de que devemos analisar as instituições a partir das relações de poder e não o inverso, isto é, no caso do Exército o que propomos é uma leitura do aparato coercitivo a partir das relações de poder, ou seja, das tensões – estrategicamente postas – que nos auxiliam para a compreensão da instituição.

### **O HOMEM: vivência militar e contexto político**

Estillac Leal era um general comunista? Absolutamente, não. Mas um militar de esquerda com idéias nacionalistas que se confundiam com as

proposições do PCB da época. Com efeito, não um revolucionário capaz de dar apoio aos comunistas militares de 1935, mas um radical da esquerda nacionalista. O que o colocava naturalmente como um corpo estranho no interior da caserna, pois é importante sublinhar que a invenção da instituição militar moderna, em contexto de aburguesamento do social, tem como resultado a criação de um espaço conservador por excelência. Assim, os oficiais militares tendem a uma melhor identificação com as idéias conservadoras de Hobbes do que com o pensamento revolucionário de Marx. O militar é sempre conservador na estratégia (política) e liberal na tática (técnica). Desse modo, projetos políticos grandiosos e metas políticas carregadas de otimismo e exagero são desde logo evitadas, porque são por demais arriscadas – para um conservador, porque não são práticas<sup>5</sup>.

Nos anos de 1943 e 1947, Estillac Leal foi promovido, respectivamente, ao posto de general de brigada e de divisão, o que o colocava numa posição privilegiada nas relações de poder no interior da caserna. As promoções ao generalato devem-se ao mérito militar e a um certo distanciamento político de Estillac Leal nos anos em questão, pois as intensas atividades políticas do general se deram a partir de 1949, quando começa a organizar a sua campanha à presidência do Clube Militar. É o que explica, *grosso modo*, a existência de um militar de esquerda num alto posto de comando dentro de uma instituição essencialmente conservadora.

Após a vitória de Vargas nas eleições de outubro de 1950, o General Estillac Leal assumiu o Ministério da Guerra, entre 1951 e 1952, um curto período, visto que a pressão interna, dos próprios militares, foi intensa. Houve um desgaste político significativo de Estillac Leal para com a esquerda nacionalista, pois não conseguiu cumprir uma promessa pública de reverter as

transferências dos membros do Clube – ordem do comando anterior – e outro desgaste para com os militares conservadores, porque estava resistindo em assinar um acordo de cooperação militar com os Estados Unidos – entretanto, o acordo foi firmado com a ausência do Ministério da Guerra, o que levou à sua exoneração no dia 26 de março de 1952.

Ademais, a derrota para os militares conservadores da chapa azul, em 1952, reforçou a posição privilegiada desses militares nas relações de poder no interior da caserna. A cruzada democrática recebeu 7288 votos contra 4489 da chapa de Estillac Leal. O resultado representou a consolidação política dos militares conservadores, confirmando a força dos comandantes militares e sua repulsa ao nacionalismo de esquerda da chapa amarela. A derrota de chapa de Estillac Leal levou-o ao ostracismo militar e político – o que revela a fragilidade da esquerda nacionalista no interior da caserna. Assim, “a máquina de dar ordens” do Exército, consoante a memória de Werneck Sodré<sup>6</sup> estava sob o controle dos militares conservadores.

### **O MILITAR DE ESQUERDA: Práticas Políticas e o Generalato**

A vivência militar do general Estillac Leal é um exemplo contundente da fragilidade política de um militar de esquerda<sup>7</sup> que, mesmo assumindo posição de comando importante como a de Ministro da Guerra, sequer conseguiu anular as transferências dos militares da chapa amarela e manter-se no poder. Preso às amarras da máquina conservadora o general concentrou seus esforços na tática (resistência), na mediada em que, efetivamente, da estratégia não podia fazer uso.

O “realismo conservador” da ética militar moderna, apontado por Huntington<sup>8</sup>, explica a inviabilidade de uma ação mais à esquerda por parte dos militares brasileiros. O isolamento político do general nacionalista de esquerda,

Estillac Leal, foi fruto do conservadorismo institucional que desde os “jovens turcos” já propunha o Exército como força estabilizadora da ordem, a fim de corrigir as perturbações internas e manter o progresso sob a égide da ordem – idéia essa já embutida no primeiro editorial da revista “A Defesa Nacional” de 1913<sup>9</sup>.

A campanha da imprensa conservadora, horrorizada com a aparição do povo como sujeito político, amiúde pintava o general do Ministério da Guerra de Vargas, de vermelho – a pressão externa, do mundo civil, era tão intensa como a militar. A presença da cultura e da economia americana parecia inevitável, e as reformas para a efetiva soberania, que na época estava, peremptoriamente ligada ao estatismo, parecia paralisada. Dessa forma, a queda do “general amigo do povo” representou, no interior da caserna, o colapso da ideologia e da referente prática política em torno de um Estado nacional forte e intervencionista, com capacidade de uma relativa centralização, com partidos de base popular e com candidatos que conciliassem os interesses do proletariado e dos patrões, respaldados na crítica ao capitalismo liberal e à liberdade do capital internacional<sup>10</sup> – uma espécie de ensaio geral da fraqueza política nacionalista frente ao golpe de 1964.

### **AGONIA POLÍTICA E MORTE DO GENERAL AMIGO DO POVO**

Após a exoneração do Ministério da Guerra e da derrota nas eleições para a presidência do Clube Militar em 1952, os integrantes da chapa de Estillac Leal passaram a sofrer a ofensiva conservadora dos militares que politicamente, numa verdadeira operação de guerra, conquistaram a presidência dessa associação militar. Num mesmo movimento, a “sorbone” militar vinha realizando silenciosamente seu trabalho de persuasão junto ao Estado. Destarte, “a

máquina de dar ordens” passava a funcionar a todo o vapor a serviço dos militares conservadores com o propósito de liquidar a corrente nacionalista.

A dupla derrota política dos militares ligados a Estillac Leal com a perda do Ministério da Guerra e com a vitória da chapa da Cruzada Democrática em 1952, criou as condições para relações de poder extremamente assimétricas. As pressões exercidas sobre os militares de esquerda foi intensa. Eram constantes as visitas amistosas e as tentativas de persuasão no sentido das promoções que garantem o reconhecimento profissional na carreira militar<sup>11</sup>.

Contudo, o mais grave foram as condições totalmente insalubres das prisões às quais os oficiais foram submetidos. O que não é singular na cultura autoritária brasileira que associa a prática policial à truculência absoluta; assim, a correspondente transformação do militar de esquerda num “monstro político” – se põe *pari passu* à transformação dos marginalizados num “monstro social”. Segundo Werneck Sodré o militar de esquerda na caserna <sup>12</sup>: “(...) tratava-se não de gente, de criaturas humanas, mas de animais perigosos, contra os quais todos os processos eram lícitos”. Assim, condições insalubres e torturas não foram casos raros, amiúde denunciados na época pelos familiares desses militares ao Parlamento e à imprensa<sup>13</sup>. Outrossim, estas prisões apontavam para uma espécie de preâmbulo das práticas autoritárias nos governos militares pós-64. Outrossim, os militares ligados à chapa de Estillac Leal não submetidos às prisões (envolvidos em IPMs), não passando, assim, pela indignidade desses espaços insalubres, foram jogados em guarnições distantes e extremamente vigiados, alijados das posições privilegiadas de comando e do centro da política nacional<sup>14</sup>.

Num contexto político em que nas relações de poder, o choque é considerado fatal, os militares brasileiros se inclinavam na direção do “realismo

conservador” que consiste numa visão positivamente pessimista do homem, na segurança militar do Estado, no primado do Estado-Nação, na premência de segurança (para os militares nada é seguro) e na expansão e fortalecimento do aparato coercitivo<sup>15</sup>. Travou-se, assim, no interior da caserna uma guerra ideológica de coloração quase que religiosa, era a civilização cristã ocidental versus o ateísmo da civilização marxista, o país só tinha uma saída, refutar o exotismo ideológico esquerdista e assumir uma posição integrada aos americanos.

Em fevereiro de 1954, o “memorial dos coronéis”, assinado por oitenta e dois coronéis e tenentes coronéis, é um documento crítico significativo dos militares conservadores para com o governo Vargas. Vinha após o esmagamento da corrente nacionalista militar, das prisões, dos processos e das transferências arbitrárias<sup>16</sup>. *Grosso modo*, o memorial se estabelecia no plano do “realismo conservador” militar, maior participação orçamentária para o Exército, a fim de efetivar o Exército enquanto força institucional capaz de concentrar em si o monopólio nacional da violência. Daí a necessidade de reaparelhamento do Exército, apontando o iminente perigo político – ameaça interna – para com o Estado<sup>17</sup>. Consoante João Roberto Martins Filho<sup>18</sup>, o memorial tinha como tema central “a necessidade de reforçar a coesão militar” diante do iminente perigo comunista, como também, refletia a posição política do oficialato superior conservador.

Nesse contexto desfavorável, Estillac Leal aparece como um forte candidato da esquerda nacionalista à presidência da República, no entanto, o general no dia 1º de maio de 1955 teve morte súbita após complicações cardíacas. Assim, o espectro comunista materializado na figura desse general se desfez no ar, produzindo um bem-estar político nos setores conservadores da

caserna e da burguesia brasileira. Tanto que Werneck Sodré<sup>19</sup> aponta a participação desses militares no funeral como se viessem confirmar se ele morrera mesmo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Segundo Werneck Sodré<sup>20</sup>, dois fatores foram decisivos para o confronto político-militar no interior do aparato coercitivo: o chefe militar esquerdista e a posição dos sargentos. Desses fatores nos concentramos no primeiro – o chefe militar de esquerda: general Estillac Leal. Com efeito, o conservadorismo neutralizou a política militar de esquerda no Exército – a parcela majoritária dos militares não aceitou um chefe esquerdista, pois o consideraram sem solidez de comando, nocivo ao binômio hierarquia/disciplina e, principalmente, perturbador à unidade da força; e mais ainda, consoante Werneck Sodré<sup>21</sup>: “o fenômeno esquerdista provava, de forma candente, que o esquerdismo militar era deformação da realidade e levava ao desastre, tornando-se, em balanço final e frio, oneroso ao avanço político do país”.

Por certo, a presença de militares de esquerda no interior da caserna não é uma anomalia em si, visto que mesmo sendo o espaço militar característico de uma sociedade disciplinar, isso não significa que as subjetividades políticas tenham sido absolutamente tomadas pelo conservadorismo, pois uma sociedade disciplinar, como bem nos lembra Foucault, não é absolutamente uma sociedade disciplinada. Há relações de poder por todos os lados, projetos burocráticos de aburguesamento disciplinar em relações de força com outros projetos alternativos e populares que resistem em determinados momentos e cedem em outros. Nesse sentido, a esquerda no Exército revela bem o conflito político entre as intenções disciplinares eminentemente conservadoras da instituição e a resistência dos corpos dissidentes elaborando projetos alternativos. Todavia,

essa esquerda, frente ao “realismo conservador”, que era majoritário e organizado dentro do Exército, não conseguiu se efetivar como força político-militar capaz de forjar uma “esquerda militar” que desse apoio a Estillac Leal, ao contrário, a posição de esquerda do general só agravou o quadro político-militar e intensificou o processo de hegemonia ideológica conservadora entre os militares. O que pode explicar a total imobilidade dos militares de esquerda diante do golpe militar de 1964.

---

<sup>1</sup> Autor: Ronaldo Queiroz de Moraes. Doutorando em História Social (USP).

<sup>2</sup> SODRÉ, Nelson W. **Do Estado Novo à Ditadura Militar: memória de um soldado**. Petrópolis: Vozes.1987. p. 164

<sup>3</sup> Para tal examinamos como fonte documental a “pasta de alteração – vida funcional - Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro (RJ).” e os Boletins do Exército - Colégio Militar, Porto Alegre, (RS), nos anos de 1951-1952, quando Estillac Leal ocupou o cargo de Ministro da Guerra no governo democrático de Vargas. Também foi de grande valia a memória do militar e historiador Nelson Werneck Sodré (1987), pois ele esteve muito próximo ao general.

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. Apêndice. In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1995. 245p.

<sup>5</sup> HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. 548p.

<sup>6</sup>SODRÉ, Nelson W. **Do Estado Novo à Ditadura Militar: memória de um soldado**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 164

<sup>7</sup> Com efeito, não conseguimos perceber uma esquerda militar atuante, com força política capaz de mobilizar uma ação política transformacional, pois a própria modernização militar exclui o ímpeto revolucionário e aumenta o conservadorismo entre os oficiais na caserna, na medida em que uma sociedade disciplinar começa ali se formar mais intensamente. Por essa forma, pensamos ser mais prudente conceituá-los como “militares de esquerda”, ao invés de “esquerda militar”.

<sup>8</sup> HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. 548p.

<sup>9</sup> CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 3.ed., Tomo III, vol. 2. História geral da civilização brasileira. São Paulo : DIFEL, 1985. cap. 5, p.229-231

<sup>10</sup> REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar. 2002. 84p.

<sup>11</sup> Sodré, 1987, pp.33-34.

<sup>12</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979. 439p.

<sup>13</sup> Sodré, 1987, p.169

<sup>14</sup> Sodré, 1987, p.118.

<sup>15</sup> Huntington, 1996, p.96

<sup>16</sup> Sodré, 1987, p.141

<sup>17</sup> ESTEVES, Diniz. **Ministros da Guerra e do Exército Brasileiro (1951 a 1999)**. Brasília: Verano Editora, 1999. 752p.

<sup>18</sup> FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e Política (1945-1964). IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol 3. 2003. 432p.

<sup>19</sup> Sodré, 1987, p.162

<sup>20</sup> Sodré, 1987, p.272

<sup>21</sup> Sodré, 1987, p.173